

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades da CAIVS – Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento, pelo período de 1(um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2.

<b>Requisitante:</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
<b>Fundamentação legal:</b>	Lei nº14.133/21 - artigo 28, inciso I; artigo 78, inciso IV
<b>Período:</b>	1(um ) ano nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021
<b>Tipo:</b>	Menor preço Unitário Pregão Eletrônico - Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I, artigo 78, inciso IV, da Lei nº. 14.1333/2021

1.3. Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da CAIVS – Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	catmat	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE
01	463857	Açafrão em pó, em embalagem plástica original com 100g	PCT	30
02	463994	Açúcar refinado, especial em embalagem plástica original com 1kg	UN	1500
03	436134	Adoçante dietético líquido, sucralose, embalagem original c/ no mínimo 75ml	UN	40
04	463556	Alimento achocolatado em pó, instantâneo, embalagem original c/ 400g	UN	730
05	464539	Amendoim cru sem casca e sem sal, embalagem original c/ 500g	PCT	20
06	467050	Amido de milho, embalagem original c/ 200g	PCT	50
07	458904	Arroz polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem original com 5kg	PCT	370
08	448999	Atum conserva em óleo vegetal ralado, embalagem original c/ no mínimo 120g	LAT A	100
09	460501	Aveia, flocos, embalagem original com 200g	PCT	100
10	463697	Azeite de oliva, puro, embalagem original com 500 ml	FRA SCO	340
11	463707	Batata palha, sem adição de glutamato monossódico, em embalagem original com 300g	PCT	60
12	240574	Biscoito de polvilho, salgado, tipo “corujinha”, embalagem com no mínimo 200g	PCT	250
13	232236	Biscoito doce tipo Maria ou maisena, embalagem original com 200g	PCT	920

14	316056	Biscoito doce tipo rosquinha, em embalagem com no mínimo 350g	PCT	230
15	402158	Biscoito salgado tipo cream-cracker, embalagem original com 200g	PCT	1400
16	463583	Café, torrado e moído, em embalagem original c/500g, com a comprovação da qualidade do café por meio de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela Rede brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde, habilitados pela ABIC	PCT	410
17	459071	Canjiquinha de milho, embalagem original com 1kg	PCT	120
18	463873	Canela em pau, embalagem original com no mínimo 20g	PCT	30
19	463872	Canela em pó, embalagem original com no mínimo 10g	PCT	30
20	447732	Carne bovina salgada (charque), curada e seca, embalagem original com 1 kg	PCT	30
21	447441	Carne bovina (lagarto plano), congelado, em embalagem plástica	KG	860
22	454336	Carne bovina (músculo) sem osso picada 2cm X 2cm, em embalagem plástica	KG	180
23	480370	Carne bovina (patinho), em bifes de 100g, congelada, em embalagem plástica	KG	710
24	480370	Carne bovina (patinho), moída, em embalagem plástica	KG	510
25	447636	Carne de frango (coxa/sobrecoxa) com osso, congelada, em embalagem plástica	KG	2000
26	447594	Carne de frango (peito) sem osso, congelada, em embalagem plástica	KG	640
27	451670	Carne suína (copa lombo), congelada, em embalagem plástica	KG	180
28	245189	Chá erva doce, embalagem original com no mínimo 13g, com 10 sachês	PCT	50
29	233886	Chá erva mate, granel, embalagem original de 100g	PCT	20
30	226326	Colorífico, colorau em pó, sem adição de sal ou glutamato monossódico, embalagem original c/ 100g	PCT	20
31	421669	Coco ralado desidratado sem adição de açúcar, embalagem original c/ 100g	PCT	50
32	463892	Cravo da índia, embalagem original com no mínimo 10g	PCT	20
33	446533	Creme de leite, embalagem original com no mínimo 200g	CX	180
34	242995	Doce de goiabada, sem adição de corantes, embalagem original c/ no mínimo 500g	PCT	50
35	462597	Doce de leite, pastoso, embalagem original com no mínimo 400g	PCT	60
36	462823	Ervilha em conserva, embalagem original com 200 g (peso drenado)	LAT A	180
37	464570	Ervilha grupo 2, tipo 1, embalagem original com 500g	PCT	50
38	459670	Extrato de tomate, embalagem original com no mínimo 300g	UN	730
39	458918	Farinha de mandioca, tipo1, seca, fina, branca, crua, embalagem original c/ 1kg	UN	200
40	460263	Farinha de trigo, tipo 1, embalagem original com 1kg	UN	140
41	228768	Farinha láctea, embalagem original com no mínimo 200g	UN	200
42	464553	Feijão carioquinha, grupo 1, tipo 1, embalagem original com 1kg	UN	460
43	464552	Feijão preto, grupo 1, tipo1, embalagem original com 1kg	UN	1100
44	459586	Fermento químico em pó, embalagem original com 100g	UN	50
45	459013	Fubá milho, extra, embalagem original com 1 kg	PCT	180
46	462729	Gelatina sabores, embalagem original com no mínimo 35g	PCT	200
47	350116	Geleia de frutas, embalagem original com no mínimo 200g	POT E	340
48	223050	Leite condensado, embalagem original com 395g	CX	200
49	241604	Leite de coco concentrado, embalagem original com 200ml	VD	40
50	447702	Linguiça tipo calabresa, embalagem original com 2,5kg	PCT	20

51	449182	Linguíça tipo paio, embalagem original com 2,5kg	PCT	20
52	458953	Massa alimentícia espaguete, com ovos, nº. 8 ou 9, embalagem original c/ 1kg	PCT	290
53	458963	Massa alimentícia padre nosso com semolina, embalagem original com 1kg	PCT	60
54	458980	Massa alimentícia parafuso, com ovos, embalagem original com 1kg	PCT	290
55	458957	Massa alimentícia talharim, com ovos, embalagem original com 1kg	PCT	290
56	462244	Massa para pastel, embalagem original com 200g	PCT	120
57	279262	Milho canjica, especial branca, tipo2, embalagem original com 500g	PCT	40
58	462122	Milho para pipoca, embalagem de 500g	PCT	100
59	462824	Milho verde conserva, embalagem original com 200g (peso drenado)	PCT	260
60	459663	Molho de catchup, embalagem original com 200g	FRA SCO	40
61	459658	Molho de maionese, embalagem original com 500g	FRA SCO	100
62	459667	Molho de mostarda, embalagem original com 200g	FRA SCO	20
63	125520	Óleo de soja, refinado, embalagem original com 900ml	GF	700
64	332357	Orégano desidratado, embalagem original, a granel, 100g	PCT	10
65	448897	Peixe (merluza), em filé, sem pele, sem espinha, congelado em embalagem plástica	KG	100
66	447771	Presunto cozido magro não fatiado, embalagem plástica original	KG	140
67	198960	Refrigerante de guaraná, embalagem de 2 litros	GF	200
68	291893	Sal, refinado, iodado, embalagem plástica original com 1kg	KG	90
69	447720	Salsicha para cachorro-quente, embalagem original, pacote com 5 Kg	PCT	20
70	449006	Sardinha em conserva em óleo comestível, embalagem original com no mínimo 80g (peso drenado)	LAT A	80
71	250280	Suco caju, embalagem original com 1 litro	GF	190
72	257574	Suco de manga, embalagem original com 1 litro	GF	190
73	232365	Suco de maracujá, embalagem original com 1 litro	GF	190
74	232366	Suco de uva, embalagem original com 1 litro	GF	190
75	317849	Suco goiaba, embalagem original com 1 litro	GF	190
76	459082	Tapioca tipo granulada, embalagem original com 500g	PCT	60
77	326330	Trigo para quibe, embalagem original c/500g	PCT	70
78	217096	Vinagre de álcool, embalagem original com no mínimo 750 ml	GF	100

1.4. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto Municipal nº 1746, de 2022**.

1.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 34.222/2023.

1.6 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84 da lei 14.133/2021.

1.7 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do artigo 84, parágrafo único da lei 14.133/2021.

1.8 Trata-se de Serviço de bem comum, a ser contratado mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico Específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Cabe desde já esclarecer que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisições de bens e serviços, visando atender as demandas das Instituições ligadas a Secretaria;

2.3 Os cálculos para estimativa das quantidades foram realizados pela Nutricionista responsável pela CAIVS, levando-se em consideração a capacidade máxima de 40 acolhidos, mais a média de 15 servidores/dia. Utilizando para base de cálculo a tabela de estrutura básica de cardápio e respectivas gramaturas ou porções médias para acolhidos e frequência média de utilização de cada item (diário, 3x/semana, 1x/semana, quinzenal, mensal ou ocasional).

2.4 Como exemplificado pela nutricionista responsável, Fernanda de M. Borges Leal, matrícula 115.300, documento que embasa a requisição desta demanda, o Achocolatado em pó – per capita diário =  $20g \times 40$  (acolhidos) = 800g consumidos diariamente.  $800g \times 365$  dias = 292 kg, consumo final de achocolatado em pó por ano, equivalente a 730 embalagens de 400g.

2.5 A CAIVS - Centro de Acolhimento Institucional Vila Sorriso é uma unidade pública especializada que atende menores de idade em recuperação psicológica por conta de mau tratos, abuso e abandono, que não têm autonomia e dependem de outras pessoas. As famílias dessas pessoas também são atendidas no Centro-Dia. Nesta unidade são desenvolvidas atividades que permitam a convivência em grupo; cuidados pessoais; fortalecimento das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência.

2.6 Quanto a utilização do Sistema de Registro de Preços é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o o Órgão Público, que pode ou não efetuar a aquisição. Esta é a natureza do SRP.

2.7 Outras vantagens que podemos suscitar sobre a utilização do SRP que não compromete os recursos orçamentários financeiros, pois somente haverá a necessidade de disponibilizar o valor registrado no momento da aquisição. Ademais, ao se utilizar o SRP as aquisições serão realizadas de acordo com a necessidade a ser demandada pela unidade requisitante.

**3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

**3.2 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

**4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)**

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2 Como descrito no ETP deverá ser observado pelo licitante que os produtos deverão ser nacionais e com baixo impacto sobre recursos naturais coo flora, fauna, ar, solo e água nos termos do artigo 4º, do decreto federal nº 7.746/2012, que especificou as práticas sustentáveis que devem ser observadas quando da realização das licitações e contratações por parte da Administração Pública.

4.3 Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021;

4.6 Não será exigida a apresentação de amostra.

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

**5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1 O prazo de entrega dos bens descritos no presente será efetuado na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, na rua Itajubá s/n, Vargem Grande, Cônego, Nova Friburgo/RJ, no prazo não superior a 15(quinze) dias, contados do recebimento da Nota de empenho, da seguinte forma:

5.2 O fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis ocorrerá mensalmente, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável.

5.3 O fornecimento de laticínios carnes e derivados, ocorrerá quinzenalmente, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável;

5.4 O referido cronograma tratado nos subitens acima será encaminhado mensalmente via endereço eletrônico(email), fornecido pela(s) vencedora (s) no ato de apresentação das propostas previstos no edital do Pregão Eletrônico;

5.5 Como a aquisição se dará por demanda, por registro de preços, as parcelas serão entregues de acordo com a necessidade e conforme requerimento realizado pela nutricionista fiscal, nos termos dos prazos acima elencados nos itens 5.2 e 5.3;

5.6 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Itajubá s/n, Vargem Grande/**

**Cônego, de segunda a sexta- feira, das 9 às 16 horas.**

- 5.8 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80%(oitenta por cento)do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.9 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.10 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.11 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3(três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.11.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), conforme abaixo:
- 6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou



incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
- 6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO ( art. 6º, inciso XXIII, alínea g, da Lei 14.133/2021)**

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: **UNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 07.293.841/0001-83, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 214, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues à **Rua Itajubá s/n, Vargem Grande/ Cônego, de segunda a sexta- feira, das 9 às 16 horas.**

7.3 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.4 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

7.5 Do pagamento da despesa:

7.6 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.7 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.8 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.9 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive



retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço UNITÁRIO).
- 8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 8.2.1 SICAF;
- 8.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 8.2.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.13 **Habilitação Jurídica:**

8.13.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

8.13.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

8.13.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br); OU

8.13.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.13.5 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

8.13.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

8.13.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.13.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14 **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

8.14.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**OU**

8.14.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.14.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.14.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.14.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.14.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.14.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.14.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## **9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 Da Contratada:**

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da

- entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
  - g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
  - h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
  - i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
  - j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
  - k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
  - l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
  - m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

## 9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

## 10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das

sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor

total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.9 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente com a prevista no artigo 156, inciso II da Lei 14.133/21 que é multa nos termos do § 7º do artigo 156 da Lei 14.133/21.

10.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## **11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “I”, da lei 14.133/2021)**

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_66\\_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html).

## **12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.1.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.1.2.1 Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social

12.1.2.2 Fonte de Recursos: 1500,1660, 1661

12.1.2.3 Programa de Trabalho: 36.001.082.440.094.2.238

12.1.2.4 Elemento de Despesa: 33.90.30-14

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.**

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

Nova Friburgo/RJ, 3 de abril de 2024.

ELABORADOR DO TR segundo informações remetidas pela Unidade requisitante : APOIO ADMINISTRATIVO	APOIO TÉCNICO, UNIDADE REQUISITANTE:
<hr/> <b>Monara Tavares da Silva Cunha</b> <b>Assessor de Nível Superior de Apoio Administrativo</b> Matr.: 199.511	<hr/> <b>Ana Elza da Silva Junior</b> Supervisor de Nível Intermediário de Proteção Social Especial – mat. 62.299  <hr/> <b>Lucília Maria Oliva Pacheco</b> Assessor de Nível Intermediário Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – CAIVS - mat. 107.617

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Nicole Ribeiro Lessa Cipriano**  
**Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude**  
**Matr.: 106.137**